

# **NOTA TÉCNICA**

## **EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID 19 SOBRE A ECONOMIA DOS FESTEJOS JUNINOS NA BAHIA**

### **1. APRESENTAÇÃO**

Esta Nota Técnica é fruto dos esforços da SEI, Setur, Secult e Bahiatursa, sob coordenação técnica da primeira, em estimar os efeitos econômicos da não realização do São João na Bahia em virtude da Pandemia da Covid-19. É importante ressaltar que o cancelamento da festa, mesmo que traga prejuízos de ordem financeira, inclusive à esfera pública, é a medida acertada e extremamente necessária para preservação da vida e até mesmo de redução de prejuízos futuros que seriam consequentes de um desastre da expansão da doença em todo território baiano.

O estudo levou em conta as limitações das informações, sendo necessária a divisão dos resultados em dois grupos. Primeiro evidenciamos as perdas mais imediatas, relacionadas aos gastos públicos, estaduais e municipais, ao turismo e à estimativa de circulação financeira em virtude dos festejos. Em seguida, por não existir informação econômica sólida específica do São João, nem por atividade e nem pelo recorte temporal específico da festa, foi realizada a estimativa dos impactos nos setores que possuem uma correlação mais estreita com a economia do festejo junino. Desta forma, trabalhou-se estatísticas de arrecadação, emprego, e desempenho das atividades de comércio e serviços. Os principais resultados estão sintetizados a seguir. A discussão da importância econômica do São João, metodologia estatística, resultados desagregados e considerações finais dão sequência à esta Nota Técnica.

## 2. RESUMO EXECUTIVO

- ✓ Com base no último ano comemorativo dos festejos juninos, estima-se que ao menos R\$ 64,7 milhões provenientes do setor público deixarão de impulsionar os festejos, em especial o mercado da música. Destes, R\$ 50,9 milhões são recursos aportados por 311 municípios e R\$ 13,8 milhões pelo Governo do Estado;
- ✓ Deixará de entrar na Bahia R\$ 107 milhões decorrentes de gastos de turistas nacionais e estrangeiros;
- ✓ R\$ 1,2 bilhão é o volume de recursos estimado como gasto do turismo total na Bahia no mês de junho, incluindo o turismo interno, sendo que, deste valor, R\$ 566 milhões se dariam em virtude da realização dos festejos;
- ✓ A redução de arrecadação de ICMS nos setores com atividades aquecidas pelo São João, impactados pela pandemia, deverá ser da ordem de R\$ 79 milhões. Este volume não pode ser atribuído exclusivamente ao cancelamento do São João, mas influenciado também por este fato;
- ✓ Devido a pandemia, 24.200 empregos formais e informais deixarão de serem gerados nos setores com atividades correlacionadas com o festejo junino, sofrendo impacto também pelo cancelamento do São João, mas não somente.

### 3. INTRODUÇÃO

Pelo segundo ano consecutivo os festejos juninos (Santo Antônio, São João e São Pedro) foram cancelados na Bahia e em todos os estados do nordeste brasileiro. A lentidão no processo de vacinação e outra série de dificuldades no gerenciamento da crise sanitária determinam que as autoridades governamentais optem por definir medidas restritivas que objetivam minimizar a propagação da Covid 19 no país. Mesmo mediante as implicações econômicas e culturais, o que está posto na ordem do dia é preservar a vida e a saúde dos cidadãos. O isolamento social é peça chave para conter a propagação da pandemia.

No Brasil, a mazela histórica da desigualdade econômica e social nunca foi tão evidenciada quanto agora, sobretudo nas regiões norte e nordeste, onde as oportunidades sempre foram mais limitadas. Tal condição foi expressa também pela não realização das festas populares, manifestações que simbolizam as tradições comunitárias que, nas últimas décadas, em função do crescimento urbano, da ação da indústria cultural e do turismo, incluíram a função de gerar oportunidade de trabalho temporário, rendimento e acúmulo de capital para os empresários ligados aos segmentos diretamente relacionados à execução das festas.

Vejamos o caso dos festejos juninos. Trazidos para o Brasil pelos portugueses, aqui foram recriados para comemorar as colheitas de milho, feijão e frutas espraiando-se por diversas localidades brasileiras. Na Bahia, por exemplo, a comida típica junina é preparada com produtos locais; os mais comumente consumidos são o milho e seus derivados. Impactando, diretamente, sobre a produção agrícola, sobretudo para os agricultores familiares que aproveitam esse período para escoar o seu plantio nas feiras livres municipais. Também é tradição servir café e bebidas alcoólicas, como o licor, o quentão e a cachaça. A fogueira, os fogos de artifício, a música e a dança em quadrilha, compõem o cenário comemorativo das festas, cujos ritos se diferenciam de um município a outro, segundo o santo de maior devoção da comunidade.

Nas últimas décadas, influenciados pela elevada lucratividade e visibilidade do carnaval de Salvador e das festas de São João de algumas cidades nordestinas (Campina Grande, Caruaru), os festejos juninos tradicionais se transformaram em eventos comerciais em pelo menos 311 municípios baianos (TCM, 2019).

Dois aspectos bipolares chamam atenção quando se estuda de festejos juninos. O aspecto positivo, ainda que compensatório, é que frente à pequena capacidade dos municípios baianos oferecerem oportunidade de trabalho e de rendimento para os seus moradores, as festas populares de maneira geral, passaram a se constituir num meio de ativação das atividades culturais, turísticas de vendas ambulantes, na maioria das vezes, exercidas por trabalhadores informais. Mas também reverberam nos segmentos mais formalizados (atacado, varejo, energia

elétrica, transportes, combustíveis) ampliando a geração de receitas municipais (ISS) e estaduais (ICMS). O aspecto negativo é a padronização dos festejos, que contribui para a perda das singularidades regionais e da diversidade cultural. Fatores que, em médio prazo, pode não somente romper com os laços indenitários da comunidade, como também, determinar a perda de interesse dos frequentadores, já que em todos os lugares as festas são iguais.

A pandemia expôs a dependência de alguns municípios, sobretudo aqueles mais pobres, dos serviços decorrentes dos festejos juninos como forma de ativar a economia local. Assim como desnudou a dependência excessiva de artistas, particularmente, de músicos e seus apoiadores do mercado da festa. Atividade responsável por 45% do valor agregado das atividades artísticas, que representam 25% do mercado criativo baiano (SEI, 2021)<sup>1</sup>.

Para compreender os efeitos da não realização do São João em 2021, recorreu-se inicialmente à mensuração dos gastos públicos depreendidos no último festejo realizado. Em seguida contabilizou-se, também com base no São João de 2019, quantos turistas recebemos e o que isso significa em termos econômicos para o mês de junho. Estimou-se também a movimentação financeira nos municípios baianos provocada pelos viajantes do mês de junho. Estes são os objetos de investigação do próximo capítulo, para, em seguida, avançar às estimativas dos efeitos nas atividades econômicas que sofrem algum grau de impacto consequente dos festejos juninos.

---

<sup>1</sup> [www.sei.ba.gov.br/cultura](http://www.sei.ba.gov.br/cultura). Boletim de Economia Criativa na Bahia 2021.

## 4. EFEITOS DIRETOS

Observando-se a similaridade dos festejos juninos na última década, se tomou como parâmetro os festejos de 2019, último ano de realização dos eventos, para observar e estimar quando possível os efeitos do cancelamento das festas de Junho de 2021/2020. As fontes de dados oficiais disponíveis foram o principal recurso utilizado.

### 4.1 Investimentos públicos

Para o cálculo de indicadores de gastos públicos usou-se o banco de dados do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM-BA<sup>2</sup>. Recurso que possibilita qualificar, especificamente, os gastos realizados pelas prefeituras municipais no campo da Cultura. Para o tratamento específico dos gastos executados durante o período dos festejos juninos foi necessário definir uma sequência de filtros no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria (SIGA): a cronologia, limitando-os ao período tradicional de realização dos eventos juninos; a descrição do gasto como “festas” no elemento de despesa vinculado, o que gerou a necessidade de eliminar os campos falsos positivos; e, por último, a limitação do contratante, às prefeituras municipais, excluindo as fundações e as empresas públicas que contratam atrações.

Acredita-se que as informações geradas pelo TCM-BA sejam consistentes e confiáveis, portanto, indicativas do comportamento governamental frente ao significado econômico dos festejos juninos para os municípios, conquanto geradores de oportunidades diversas (mercado de trabalho temporário, informal, rendimento, aumento de lucro para o empresariado, ganhos políticos).

#### 4.1.1 Gastos municipais

Em 2019, o poder público municipal, exceto a Prefeitura Municipal de Salvador<sup>3</sup>, aplicou cerca de R\$ 406,2 milhões em cultura na Bahia. Majoritariamente, esses gastos estão concentrados em despesas correntes, ou seja, aquelas referentes ao

---

<sup>2</sup> Resultado do convênio firmado entre o TCM e a SEI para permitir o acesso ao banco de dados do Tribunal que é composto de receitas e despesas municipais em níveis hierárquicos detalhados.

<sup>3</sup> Dado não disponível pelo TCM.

custeio de manutenção das atividades da administração pública (despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição dos bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone, dentre outros). Quando se focaliza a informação no período dos festejos juninos vê-se que o item contratação de empresas e atrações artísticas assume destaque na discriminação dos gastos municipais.

Os dados do TCM indicam que no último ano de realização dos festejos juninos (2019), o valor desembolsado pelos municípios foi R\$ 50,9 milhões. O que representa 12,4% do valor total investido em cultura no ano. Dessa forma, pode-se sugerir que, em 2021, valor semelhante poderia ter sido aplicado nos municípios por motivo festivo.

Outro indicativo do banco de dados do TCM é a desconcentração dos valores realizados nas atrações artísticas. O que sugere que os gestores públicos optam por contratar, prioritariamente, os artistas locais, o que favorece a circulação financeira local ou regional, o mercado artístico (pessoa física e jurídica) e contribui para a preservação dos valores tradicionais, ainda que, a imposição dos sucessos midiáticos demandados pelo público, seja inevitável.

A natureza interestadual dos festejos juninos e a proximidade entre os municípios facilita a circulação das pessoas durante os festejos juninos, muitas vezes, seduzidos pelas atrações artísticas e/ou turísticas. Então, se vê que alguns municípios desempenham função de polo festivo regional. Caso de Livramento de Nossa Senhora, Guanambi, Barra da Estiva, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Cruz das Almas, Cachoeira, Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Barreiras, Barra, Senhor do Bonfim, Irecê, Mucugê, dentre outros. Situação que favorece o aumento do tempo de permanência do visitante, fator positivo para o mercado turístico.

Salvador é o principal emissor de visitantes para os municípios baianos. Em 2014, representou em torno de 41,6% (SETUR, 2014)<sup>4</sup> dos viajantes que se destinaram as cidades baianas no período do São João. É tradição o retorno das pessoas para o seu “interior” de origem por motivo de visita à família e participar das festas. Esse comportamento é tão fortemente arraigado que, em 2020, mesmo diante da grave crise sanitária, muitos insistiram em viajar em carros particulares, visto que, a circulação de transportes coletivos estava proibida. Atitude que repercutiu no aumento de casos, internamentos e mortes alguns dias depois dos festejos juninos. Em 2021, visando coibir tal deslocamento, mais uma vez, o Governo do Estado da Bahia, por decreto, cancelou a movimentação de transporte intermunicipal, três dias antes e três dias depois do São João, período de maior fluxo de passageiros. Entre Junho 2020-2019 registrou-se no segmento transporte rodoviário de passageiros uma queda de 87% na arrecadação de ICMS.

---

<sup>4</sup> Fundação de Pesquisa Econômica – FIPE / Governo do Estado da Bahia – Secretaria de Turismo. PESQUISA DE TURISMO RECEPTIVO DO ESTADO DA BAHIA – 2014. Etapa de Festas Juninas SÃO PAULO AGOSTO/2014.

Feira de Santana cumpre outra centralidade. Segundo pesquisa realizada pela SEI (2013):

Os efeitos multiplicadores do São João ultrapassam os limites territoriais dos municípios pesquisados, mas, antes, provocam demandas regionais e interestaduais. Feira de Santana e São Paulo são os principais pontos de distribuição de produtos e matérias-primas para os empresários em questão (SEI, 2013).

A aplicação de recursos nos festejos juninos acompanha a distribuição econômica-populacional do estado, a qual prevalece municípios de pequeno porte demográfico e de baixa diversificação econômica (Gráfico 1). Em 2019, o TCM-BA informa que 157 (50,5%) municípios que realizam festas aplicaram até R\$ 100 mil. A maior faixa de gasto executado (R\$ 98 mil-R\$ 90 mil) se deu pelos seguintes municípios: Irajuba, Ubaíra, Muritiba, Quixabeira, Conceição de Feira, Ituaçu, Teofilândia, Governador Mangabeira, Cabaças do Paraguaçu.

Outro conjunto formado por 135 municípios (43,4%) destinou aos festejos juninos recursos entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil. Mais heterogêneo que o anterior, inclui desde prefeituras de maior porte e economia mais diversificada, até municípios pequenos e pobres. Dentre os que praticaram maior investimento (entre R\$ 489 mil-R\$ 408 mil) estiveram: Macaúbas, Tapiramutá, São Desiderio, Guanambi, Miguel Calmon, Jaguarari, Elísio Medrado, Livramento de Nossa Senhora, Barra da Estiva, Anguera, Banzaê. Na outra ponta, com desembolso entre R\$ 100 mil-R\$ 110 mil estiveram: São Francisco do Conde, Mirante, Cândiba, Itiruçu, Ouricangas, Paripiranga, Mascote, Almadina, Rio Real, Mutuípe.

Apenas 19 municípios (6%) praticaram gastos superiores a R\$ 500 mil e responderam por R\$ 15,5 milhões das despesas empenhadas (30,5%). Destes os que mais aplicaram foram Santo Antônio de Jesus e Irecê (21,3%). Nesse grupo estão os municípios que oferecem tanto festas públicas (pagas poder público e/ou por patrocínio privado) quanto privadas. Pode-se supor que estes municípios obtenham maiores resultados financeiros com os festejos, até porque são os que oferecem melhor infraestrutura urbana e de serviços.

**Quadro 1 – Despesas empenhadas nos municípios de gastos mais elevados nos festejos juninos.**

**Bahia, 2019 (exceto Salvador)**

Municípios	2019
Santo Antônio de Jesus	1.714.391,79
Irecê	1.574.010,96
Senhor do Bonfim	888.791,15
Presidente Tancredo Neves	879.623,16
Feira de Santana	870.898,35

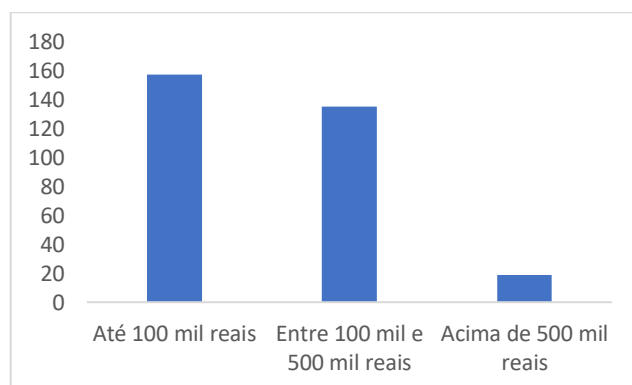
Porto Seguro	851.080,00
Tucano	817.232,26
Cachoeira	793.333,00
Conceição do Almeida	779.951,60
Bom Jesus da Lapa	738.190,00
Jaborandi	704.345,68
Serrinha	697.579,90
Caçulé	694.775,15
Alagoinhas	664.082,00
Jaguaquara	607.130,00
Esplanada	581.477,00
Barra	555.816,15
Seabra	550.318,76
Cruz das Almas	511.755,75
TOTAL	15.474.782,66

Fonte: TCM-BA

Convém ressaltar como supracitado que o banco de dados do TCM não inclui informações de Salvador, portanto, não foi possível observar o comportamento da prefeitura da capital nestes festejos.

Gráfico 1 - Despesas empenhadas por classe de recursos.

Bahia (exceto SSA), 2019.



Fonte: TCM-BA

#### 4.1.2 Gastos estaduais

Em 2019, o governo estadual investiu cerca de R\$ 13,8 milhões na ativação do mercado artístico dos festejos juninos, incluindo a capital, com o objetivo de ativar o turismo externo e interno pelo aumento do tempo de permanência do visitante. Esse valor não expressa os gastos realizados, por exemplo, com segurança pública, saúde pública e comunicação.

Nesse ano, a Bahiatura foi responsável pelo repasse de R\$ 5,9 milhões às prefeituras municipais do interior através de edital público, contemplando a



contratação de bandas musicais e apoio artístico. Em Salvador, o desembolso executado pela Bahiaturisa foi de R\$ 7,7 milhões destinados à contratação de artistas para o São João do Pelourinho. Ao todo foram quatro palcos, onde se apresentaram diversos cantores e bandas. Nos palcos menores predominaram os músicos locais. No palco do Largo do Pelourinho se exibiram as atrações nacionais, com cachês mais elevados, a exemplo de Elba Ramalho, Alceu Valença, Geraldo Azevedo. O elevado investimento em Salvador é justificado pela expectativa de ativar o mercado turista da capital nesse período do ano, quando ao conjunto de atrativos permanentes que oferece a cidade, se pretende acrescentar a “experiência” de um São João na roça.

A Secretaria de Cultura também participa do esforço de patrocinar o São João em Salvador. Em 2019, aplicou R\$ 170 mil em contrato das bandas credenciadas e contratadas através do Edital de Credenciamento do Ciclo de Festejos Juninos do Pelô. Somam-se os custos adicionais com sonorização e iluminação cujos pagamentos estão inclusos nos contratos de licitações anuais. Também apoia a realização do Tríduo de Santo Antônio.

#### **4.2 Impactos no Turismo**

A pesquisa da Setur e FIPE (2014) constatou que a festa de São João é eminentemente local, com uma intensa participação dos baianos. Mesmo assim, recebemos um quantitativo de turistas que impactam a economia local a partir de seus gastos, ajudando à aquecer os setores de comércio e serviços.

Buscando compreender o perfil da festa se tomou como referência os dados obtidos pela pesquisa contratada pela Setur (FIPE, 2014), última investigação de campo realizada sobre as festas de São João. Onde se concluiu que: Salvador é o principal emissor de pessoas para os municípios do interior (41,6%); o meio de transporte coletivo é o mais utilizado, seguido de carro particular. Rever a família é o motivo principal do deslocamento; os meios de hospedagem mais utilizados são: casa de parentes e amigos e aluguel de imóveis; o São João é uma festa destinada aos jovens, com o predomínio entre 18-40 anos (71%); o tempo médio de permanência nos municípios visitados é de cinco dias; 58% dos turistas efetivamente participam das festas juninas na Bahia, sendo que, destes, 66% viajaram por causa do São João. Portanto, 38,3% das pessoas que viajaram para a Bahia, vieram em função do São João. Em relação ao mercado turístico nacional, o principal mercado emissor é São Paulo (7%) e Salvador é o destino mais procurado por esses visitantes (FIPE, 2014).

Para estimar o volume financeiro que se deixa de entrar no estado em virtude do cancelamento do São João, considerou-se as seguintes premissas:

- 1) Gastos realizados por turistas baianos são apenas alocação de recursos dentro do estado, portanto não representam “dinheiro novo”;
- 2) Apenas 38,3% dos turistas estrangeiros e de outros estados comparecem em junho à Bahia em virtude do São João, portanto para os gastos dos demais 61,7% não se considerou dinheiro perdido pelo cancelamento do São João, ou seja, é uma proporção do turismo que tende a se manter independente da realização dos festejos;
- 3) O gasto médio total exclusivo dentro da Bahia, considerando o tempo médio de permanência, corresponde ao estimado em 2014 corrigido pelo IPCA. O valor corresponde a R\$ 786,52.

Dadas tais hipóteses, foi feito o seguinte procedimento: tomou-se como referência para cálculo o fluxo estimado de passageiros interestadual que desembarcaram no Terminal Rodoviário de Salvador, e o fluxo estimado de passageiros que desembarcaram (doméstico + internacional) nos aeroportos da Bahia referente ao mês junino de 2019 como sendo representativo do que ocorreria em 2021. Estima-se que fluxo de passageiros se repetiria em aproximadamente 354 mil pessoas. Em seguida excluiu-se a fatia cujo festejo junino não tem influência sobre a decisão de visitar a Bahia. Feito isto, multiplicou-se o total de viajantes com potencial de curtir o São João (136 mil) pelo o gasto médio per capita na Bahia efetivado pelos visitantes (R\$ 786,52), valor calculado pela correção do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) do último mês disponível em 2021. Este exercício nos levou a estimativa de que em torno de R\$ 107 milhões representaria o gasto médio total aproximado dos indivíduos que desembarcariam no estado da Bahia para participar dos festejos juninos. Este valor não inclui a quantidade de pessoas que viajaram de veículos particulares, ônibus fretados ou outros meios de transporte. A soma dos gastos dos turistas no período junino, independente se eles vieram devido ao São João ou não, corresponde a R\$ 279 milhões.

#### **4.3 Movimentação financeira do turismo total no São João**

Investigou-se também os gastos de todos os turistas, portanto considerando também os viajantes baianos entre os municípios. Para o cálculo de mensuração da movimentação financeira do turismo total do São João, considerou-se as seguintes informações:

- 1) Participação total de turistas oriundos da Bahia no total de turistas: 76% (FIPE, 2014);
- 2) Turistas de outros estados ou países: 354.038 (desembarques aeroporto e rodoviária);
- 3) Gasto médio do turista de R\$ 786,52.

Com base nas informações acima, estimamos 1.476.600 viajando no período do festejo junino. Isso significa que a movimentação total de recursos do turismo no período junino é de R\$ 1,2 bilhão, e que a parte deste volume que circula em virtude do São João é de R\$ 566 milhões.

## **5. EFEITOS NAS ATIVIDADES CORRELACIONADAS COM O SÃO JOÃO**

Captar os efeitos econômicos sobre a economia do estado é um exercício limitado pela ausência de informações específicas sobre os atores econômicos relacionados ao evento e no período em que cada atividade é afetada pelo São João. No entanto as informações disponíveis oferecem pistas, ainda que correspondam a estatísticas agregadas. O setor de comércio, na Bahia, por exemplo, apresentou um recuo de 12,6% no mês de junho de 2020 em relação ao mesmo mês de 2019, refletindo as medidas de distanciamento social, dentre elas o cancelamento dos festejos que aquecem o comércio neste período do ano. Também o setor de serviços declinou em junho de 2020 comparado com junho de 2019: uma queda de 23,1%. Dos oito estados que mais desaqueceram a atividade de serviços, sete foram nordestinos, evidenciando que o cancelamento do São João impactou o setor.

Neste sentido, investigou-se o comportamento dos setores que apresentam relação com o São João tanto quanto à arrecadação quanto ao emprego, porém entendendo que os resultados são efeito não só do cancelamento do festejo, mas também dele.

## 5.1 Arrecadação estadual

Para o cálculo dos ganhos estaduais com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) se utilizou o banco de dados da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ-BA. Infelizmente, não dispomos de informações relativas à arrecadação municipal: Imposto Sobre Serviços (ISS) e licenciamentos (taxas cobradas aos ambulantes e para instalação de palanques), tampouco às informações financeiras da iniciativa privada.

Aqui iremos nos ater a uma observação sobre o comportamento da arrecadação estadual (ICMS) no mês de Junho de 2020 relativamente ao mesmo período de 2019, considerando os subsegmentos mais diretamente relacionados aos festejos (Quadro 2).

**Quadro 2 – Relação dos subsegmentos de ICMS relacionados aos festejos juninos Bahia.**

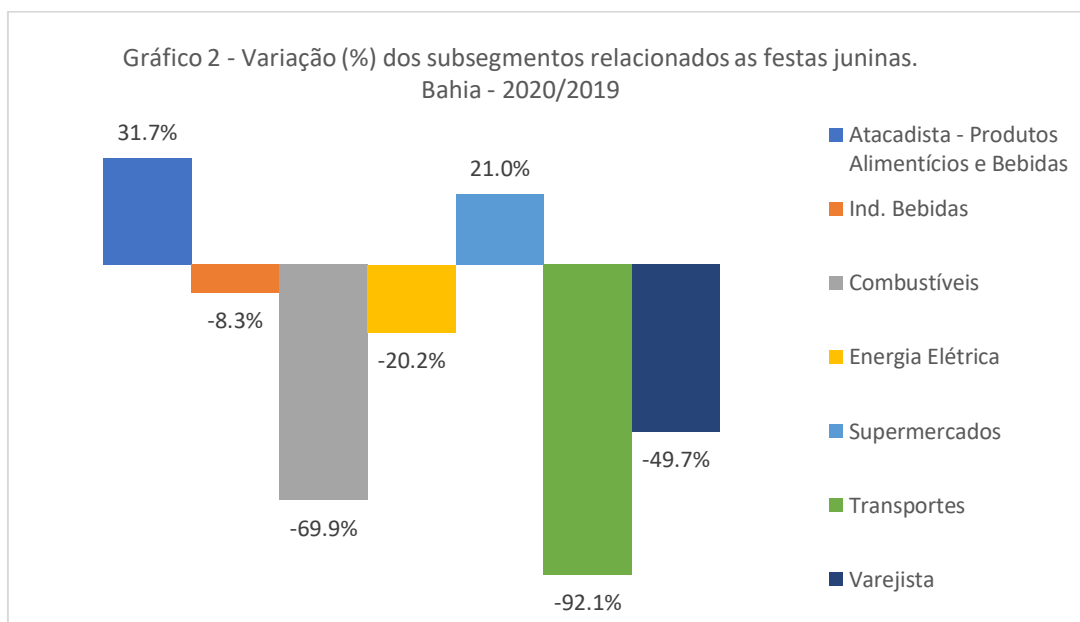
<b>Subsegmentos</b>
Atacadista - Produtos Alimentícios e Bebidas
Ind. Bebidas - Água Mineral
Ind. Bebidas - Bebida Destilada
Ind. Bebidas - Cerveja
Ind. Bebidas - Refrigerante e Sucos Artificiais
Ind. Bebidas - Subst. Tributária
Ind. Bebidas - Vinho
Petróleo - Distribuição de Derivados - Demais Produtos
Serviços de Utilidade Pública - Energia Elétrica
Supermercados
Supermercados - Subst. Tributária
Transportes - Aéreo
Transportes - Rodoviários Passageiros
Varejista - Alojamento e Alimentação
Varejista - Calçados
Varejista - Lojas de departamento
Varejista - Produtos Alimentícios
Varejista - Tecidos e Confecções

**Fonte: SEI-Sefaz.**

De maneira geral, os efeitos negativos da pandemia foram sentidos na economia baiana com redução de 6,1% no total de ICMS arrecadado. O total do imposto contratado pelos segmentos relacionados aos festejos juninos em 2019 passou de R\$ 654 milhões para R\$ 576 milhões em 2020, significando 32,9% da arrecadação total em cada um dos anos. Em termos absolutos, uma redução de R\$ 79 milhões.

Esse resultado pode indicar que os efeitos da pandemia sobre esses subsegmentos sofreram influência negativa pela não realização do São João, mas não repercutiu sobre a participação dos setores sobre a arrecadação de impostos estaduais.

O gráfico a seguir demonstra que os segmentos relacionados ao consumo de alimentos foram beneficiados com a pandemia, sobretudo o de supermercados (31,7%). Recolhidas em seus lares, as pessoas saíam às ruas, basicamente, para comprar alimentos, muitas vezes, formando estoque mediante as incertezas postas pela doença. Outros subsegmentos sofreram queda vertiginosa, caso de transportes, combustíveis e varejo, em menor proporção, também tiveram perdas o subsegmento de energia elétrica e demanda por bebidas, principalmente, cerveja. Em todos esses segmentos é evidente a influência do cancelamento dos festejos sem que se possa, contudo, estimar a proporcionalidade do efeito.



Fonte: SEFAZ. Cálculo: SEI.

## 5.2 Mercado de trabalho

A ausência de dados específicos sobre o mercado de trabalho relacionado às festas juninas não permite estudo mais apurado sobre a quantidade de trabalhadores ocupados em função da festa, entretanto, sabe-se ser esse um dos principais efeitos positivos da realização dos eventos juninos e um dos principais efeitos negativos quando os festejos são cancelados.

A estratégia de aproximação para o cálculo dos efeitos das festas juninas e dos impactos mediante a sua não realização foi selecionar um grupo de atividades econômicas diretamente influenciadas pelos festejos. A intenção é comparar a evolução da ocupação e do rendimento dos trabalhadores. Ressalta-se que tais atividades não são exclusivamente influenciadas pelos festejos juninos, mas se considera válida esta estratégia de cálculo pela importância das festas (Santo Antônio, São Pedro, São João, Carnaval, Natal, Réveillon) como indutoras de efeitos multiplicadores sobre as economias locais e regionais, em particular, no comportamento do emprego e dos salários.

Atividades como cultivo de milho e amendoim, por exemplo, começam a ser executadas antes do mês de Junho, porém tem por finalidade a comercialização durante as festas juninas. O mesmo ocorre com a linha de produção de confecções de roupas para as quadrilhas, a organização dos eventos, a fabricação de bebidas, em particular, o licor, a preparação de alimentos, como as balas de jenipapo, pamonha, dentre outros. Essa movimentação decorre da expectativa da geração de renda e/ou de renda adicional para alimentar o ciclo das economias municipais.

Nesse contexto, pode-se definir que tais atividades são perenes ao longo do tempo, contudo influenciadas positivamente por determinados eventos culturais.

Quadro 3- Atividades relacionadas às festas	
Código	Nome das atividades da CNAE Dom 2.0
11000	Fabricação de bebidas
14001	Confecção de artigos do vestuário e acessórios, exceto sob medida
14002	Confecção, sob medida, de artigos do vestuário
18000	Impressão e reprodução de gravações
26030	Fabricação de equipamentos de comunicação e de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo
48030	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
48041	Comércio de tecidos, artefatos de tecidos e armarinho
48042	Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem
48080	Supermercado, Hipermercado, Mercearia e Armazém
48100	Comércio ambulante e feiras

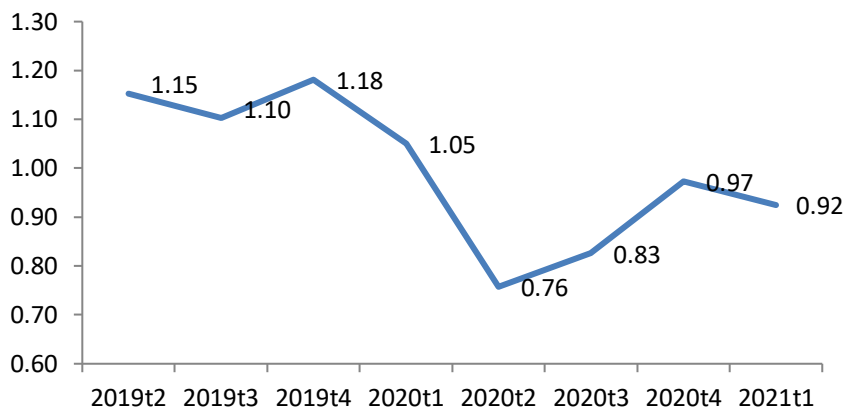
<b>Quadro 3- Atividades relacionadas às festas</b>	
49030	Transporte rodoviário de passageiros
55000	Alojamento
56011	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
56012	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada
56020	Serviços ambulantes de alimentação
59000	Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e de música
60001	Atividades de rádio
60002	Atividades de televisão
63000	Atividades de prestação de serviços de informação
68000	Atividades imobiliárias
73010	Publicidade
79000	Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas
80000	Atividades de vigilância, segurança, transporte de valores e investigação
82003	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos
84014	Defesa
90000	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos
91000	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental
93020	Atividades de recreação e lazer
96020	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza

Fonte: SEI/DISTAT/COREF

Destaca-se que, adicionalmente a seleção de atividades, efetuou-se filtros com base na classificação de ocupações da própria PNADC para as áreas afins como: comércio, hotéis, bares e restaurantes, vestuários, culturais, artes e artistas, comunicação, turismo, beleza, agricultura, pecuária, transportes, construção civil entre outras<sup>5</sup>.

### **Gráfico 3 - Número de ocupados nas atividades influenciadas pelas festas Bahia - 2019.2 a 2021.1 (Em milhão de pessoas)**

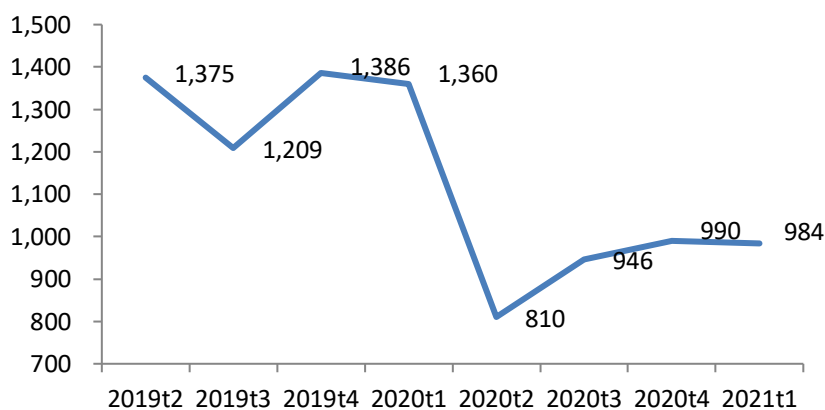
<sup>5</sup> Este esforço é limitado pela periodicidade trimestral dos dados disponibilizados pelo IBGE, o que impossibilita identificar o comportamento do mercado de trabalho exclusivamente no mês de junho, e pela inexistência de informações segmentadas para os festejos. Ademais, é preciso considerar as dificuldades decorrentes da coleta de dados da PNADC que, desde março de 2020 em função dos protocolos sanitários impostos pela pandemia da Covid-19, as entrevistas estão sendo realizadas exclusivamente por telefone.



Fonte: SEI/DISTAT/COREF. Elaborado a partir dos Microdados da PNADC - trimestral - do IBGE.

Já quando o foco de observação é a massa de rendimento efetivo do trabalho, usando-se o igual método comparativo (segundo trimestre de 2019 com o primeiro trimestre de 2021) vê-se que foi grande o impacto negativo da pandemia nas atividades correlatas aos festejos. O que é uma perda significativa para uma comunidade que estruturalmente apresenta uma base salarial deprimida.

**Gráfico 4 - Massa do rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupados nas atividades influenciadas pelas festas - Bahia - 2019.2 a 2021.1 (Em R\$ 1.000.000)**



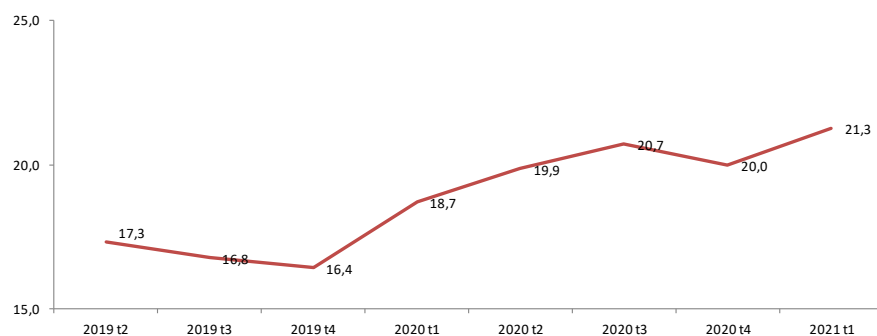
Fonte: SEI/DISTAT/COREF. Elaborado a partir dos microdados da PNADC/IBGE – trimestral.

Outro aspecto que compõe o quadro indicativo do comportamento do mercado de trabalho das atividades correlatas aos festejos juninos é a taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Gráfico 5). Infere-se que há uma tendência crescente da taxa de desocupação com coeficiente angular positivo no



primeiro trimestre de 2021. Infelizmente, a expectativa para o segundo trimestre é para um recrudescimento do desemprego, inclusive nesses subsegmentos.

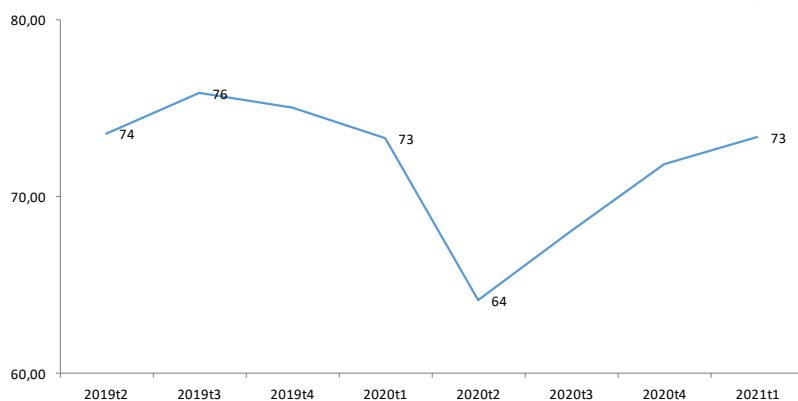
**Gráfico 5 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade  
Bahia, trimestral – 2019.2 a 2021.1 (Em %)**



Fonte: SEI/DISTAT/COREF. Elaborado a partir dos microdados da PNADC - trimestral - do IBGE.

O cenário complica-se ainda mais em função do elevado grau de informalidade, marca estrutural do mercado de trabalho baiano. Essa condição implica em baixos rendimentos e poucos direitos sociais. Os dados da PNADC apontam que parte das atividades mais influenciadas pelas festas é marcada pela informalidade. No primeiro trimestre de 2021, em torno de 73% dos ocupados nessas atividades eram informais, ou seja, pessoas que trabalham sem carteira de trabalho assinada, empregador sem cadastro nacional de pessoa física, trabalhador auxiliar familiar e por conta própria. O Gráfico 6 demonstra que o menor grau de informalidade ocorreu no segundo trimestre de 2020, justamente o momento de maior de restrição ao funcionamento das atividades econômicas, incluindo a não realização dos festejos juninos, quando os trabalhadores informais não puderam exercer as suas atividades.

**Gráfico 6 - Grau de informalidade nas atividades influenciadas pelas festas  
Bahia - 2019.2 a 2021.1 (Em %)**

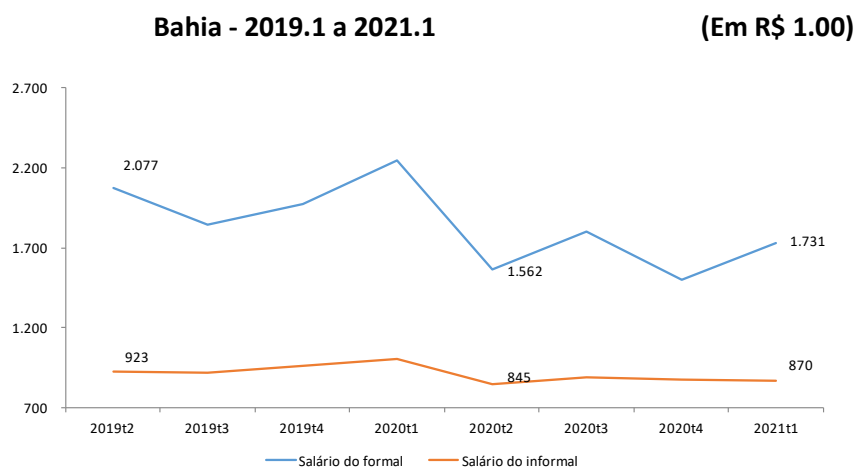


Fonte: SEI/DISTAT/COREF. Elaborado a partir dos microdados da PNADC - trimestral - do IBGE.

Com de esperar, o trabalhador informal não consegue obter rendimentos equivalentes ao trabalhador formal. Prova disto é que no período em questão, os trabalhadores informais receberam o equivalente a 33% do rendimento de um trabalhador formalizado (Gráfico 7). No primeiro trimestre de 2021, o trabalhador formal, recebeu em média, R\$ 1.731,00 enquanto que o trabalhador informal R\$ 870,00, sendo que a média total foi R\$1.301,00.

Neste contexto, para estimar o número de empregos afetados no conjunto de setores que possuem relação com as atividades desenvolvidas no São João, observou-se o número de admissões do Caged em junho de 2019, dada a limitação de se precisar quais empregos foram gerados em virtude do São João ao longo do ano, e também de se excluir quais desses empregos em setores influenciados não sofrem efeito dos festejos juninos. Este volume foi comparado para o mesmo conjunto de setores de 2020, ano em que não houve a tradicional comemoração, e obedecida a razão de empregos informais com os formais constatada na PNADC, estimou-se o volume total de empregos afetados nos setores correlatos ao evento junino. Assim, chegou-se ao total de 24.200 ocupações, formais e informais, que deixarão de ser geradas nos setores correlatos ao São João em junho de 2021. Ainda que corretas, as medidas restritivas que definem a não realização das festas juninas em 2021 irão contribuir para não geração de postos de trabalho e de rendimento para o trabalhador baiano. É urgente a necessidade de se modificar este quadro de falta de vacina, de dependência econômica dos municípios e de poucas oportunidades no mercado de trabalho.

**Gráfico 7 - Rendimento médio mensal efetivo de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupados nas atividades influenciadas pelas festas.**



Fonte: SEI/DISTAT/COREF. Elaborado a partir dos microdados da PNADC - trimestral - do IBGE.

A esse conjunto de fatores conjunturais desfavoráveis somam-se os limites das economias locais que, em grande parcela, têm se mostrado incapazes de gerar oportunidade de trabalho qualificado ou não para os seus residentes. Contexto que amplifica o significado econômico das festas populares, em particular, dos festejos juninos, que se espraia em pelo menos 311 municípios da Bahia, como alternativa de ocupação e rendimento temporário, mas que pode, em alguns casos, equacionar a sobrevivência temporária de boa parte de indivíduos que vive no território baiano. São diversas as estratégias: aluguel de cômodos ou da própria residência, vendas ambulante de alimentos, bebidas, bijuterias, enfeites, fogos de artifícios, fogueiras, dentre outros. Ou ainda, a prestação de serviço mais qualificado sem vínculo empregatício, caso de músicos, iluminadores, eletricitas, cenógrafos, costureiras. Mas também favorece o mercado dos pequenos empresários mais estruturados que ampliam a sua margem de lucros.

Nestas condições, a ausência das festas juninas, por dois anos consecutivos, tem provocado efeitos diversos para grande parcela da população residente, sobretudo nos municípios que sediam as festas mais comerciais, exemplo de Ibicuí, que tem no período junino a sua principal fonte de recursos, concentrada no mercado imobiliário (aluguel de casas residenciais) e no setor de alimentos e bebida.

### **5.3 Mercado da música**

Em 2019 foram investidos R\$ 64,7 milhões de recursos públicos (prefeituras municipais e governo estadual), exceto a Prefeitura Municipal de Salvador<sup>6</sup>, prioritariamente, no mercado artístico musical. O que nos faz supor que este segmento criativo é o principal atrativo e um dos importantes beneficiários dos festejos juninos. Sem minimizar o papel dos empresários do entretenimento que oferecem as festas privadas e dos patrocinadores, sobretudo as cervejarias que, muitas vezes, negociam com as prefeituras municipais cotas pelo uso dos espaços públicos, em uma transposição do modelo do carnaval de Salvador, a importância do incentivo do poder público é expressiva. Infelizmente, pela ausência de dados, não é possível estimar a participação/lucratividade da iniciativa, o que permitiria uma melhor compreensão do significado econômico destes festejos e do impacto pela não realização destes.

---

O relatório de pesquisa do Observatório de Economia Criativa da Bahia<sup>7</sup> (OBEC, 2020), ainda que pouco representativo do ponto de vista estatístico<sup>8</sup>, prima pela escuta aos diversos agentes envolvidos com os festejos, o que contribui para o entendimento da natureza e dos conflitos deste mercado, além dos efeitos devastadores que a pandemia lhe imprimiu. Começamos pelo tipo de serviços prestados:

Entre as atividades desempenhadas pelos 84 profissionais respondentes, destacam-se, em 2019, as funções de produtor (25%), instrumentista 21 (17,9%) e cantor (16,7%). Na categoria de entrevistados “bandas e grupos musicais”, parcela significativa dos respondentes (35,6%) participa dos festejos juninos há mais de 20 anos, e 32,2% têm entre 10 a 20 anos de experiência. Dentre as 115 pessoas que responderam a este questionário, sobressaem: cantores (52,2%), empresários (19,1%), instrumentistas (13%) e produtores (6,1%). Quando questionados em relação ao número de pessoas envolvidas nas atividades das bandas e grupos durante os festejos juninos em 2019, 46,9% afirmaram que as equipes foram compostas de 6 a 15 pessoas (OBEC, 2020 p. 21)

Ainda considerando as limitações amostrais da mencionada pesquisa, sobre a composição da receita dos atores culturais durante os eventos juninos, identificou-se

Em uma pergunta de múltipla escolha, festas privadas (57,4%), cachês (40,9%) e patrocínio público municipal (55,7%) configuram como as três opções mais indicadas para a composição da renda de bandas e grupos musicais durante os festejos juninos. Contudo, quando indagados sobre as principais fontes de receita – as que possuem maior importância para a composição da renda -, as respostas diferem em relação ao dado anterior. Para 34% das bandas e grupos, o patrocínio público municipal é a fonte de receita prioritária, seguida por cachês (28,7%) e festas privadas (20%)” (OBEC, 2020 p. 23).

Esses dados nos leva a um questionamento: quem senão as prefeituras municipais ou os empresários do entretenimento pagam os referidos cachês? Parece haver certa confusão no entendimento desse mercado.

Em relação aos participantes das festas juninas privadas, o relatório do OBEC nos informa:

De acordo com os respondentes da pesquisa (14), no ano passado (2020), aproximadamente 126 mil pessoas participaram das festas privadas que produziram. O número de participantes nestes eventos costuma apresentar uma ampla variação. Enquanto um entrevistado revelou ter atraído 60 mil pessoas para o seu evento, realizado em cinco dias, outro afirmou ter recebido 10 mil participantes em igual número de dias. Nas festas realizadas em apenas um dia, o público revelado variou entre o mínimo de 500, ao máximo de 10 mil frequentadores.

Os eventos com duração igual ou superior a três dias efetuarão uma maior contratação de atrações musicais oriundas do próprio município. (OBEC, 2020 p. 19).

Desde os festejos juninos do ano passado, os empresários e artistas do setor buscam estratégias de enfrentamento a não realização das festas. Esse ano, provavelmente, a alternativa de *lives* deve se disseminar como forma de manter a chama dos festejos juninos e arrecadar recursos para os artistas e vendas de

---

bebidas. São várias as formas de apresentação *on line*: *lives* gratuitas, *lives* com patrocínio privado, *lives* com patrocínio público, *lives* com vendas de ingressos, dentre outros.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os tradicionais festejos juninos são de extrema importância para a cultura nordestina enquanto referencia cultural e econômica. A sua não realização por dois anos consecutivos, determinado por razão nobre – a preservação da vida dos cidadãos brasileiros – deixou transparente essa importância. Espera-se que no próximo ano (2022), o conjunto de atores que fazem as festas e a comunidade baiana possa voltar a ter motivos para em Junho comemorar com alegria e louvor os santos do mês.

Quando a este trabalho, espera-se que seja um esforço positivo no sentido de contribuir com informações para ampliar o conhecimento das festas populares e a sua relação com as economias municipais e o estado da Bahia. E assim, se poder definir, planejar e avaliar políticas públicas estruturantes e inclusivas de desenvolvimento com base na economia criativa.

## **Referencias**

BAHIA. Secretaria da Fazenda. Superintendência de Administração Tributária.

BAHIA. Secretaria de Turismo. Pesquisa de turismo receptivo do estado da Bahia – 2014. Salvador: SETUR, ago. 2014.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Efeitos da festa de São João em municípios selecionados. Salvador, dez. 2013.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS – CAGED.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - PNADC: microdados trimestral. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) : 2019-2021. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Microdados/2021](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2021). Acesso em: 02 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. UFRB, UNEB, UPB. Impacto da Covid 19 nos festejos juninos da Bahia. Salvador: OBEC, dez. 2020.